



RRI — RECOLHA  
RESÍDUOS, S.A.



RRI.CP.006-2017

## **“Prestação de Serviços de Lavagem de contentores de superfície e semienterrados”**

**Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo  
do caderno de encargos**

**(Ponto 1.1 da Cláusula 8.ª do Programa de Procedimento**

## ÍNDICE

1. DECLARAÇÃO DE MANIFESTO DE VONTADE DE CONTRATAR .....	2
2. DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE.....	3
3. DECLARAÇÃO DA RRI DE DELEGAÇÃO DE PODERES.....	6

## 1. DECLARAÇÃO DE MANIFESTO DE VONTADE DE CONTRATAR

A empresa **R.R.I. – Recolha Resíduos Industriais, S.A.** tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Concurso Público para a Prestação de serviços de “**Lavagem de contentores de superfície e semienterrados**” declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado no Caderno de Encargos, cujas cláusulas declara aceitar integralmente e se reserva, executando o referido contrato nos termos previstos na sua proposta e documentos do procedimento.

**Vila Nova de Famalicão, 24 de abril de 2017**

## 2. DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

1 – **Antónia Alexandra Alves Ferraz**, solteira, titular do cartão de cidadão nº 11076973, valido até 03/06/2020, com residência profissional na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas 3, N.º 63, Concelho de Vila Nova de Famalicão, na qualidade de representante legal da empresa **R.R.I. – Recolha Resíduos Industriais, S.A.**, contribuinte fiscal nº 504 982 010, com sede na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas 3, N.º 63, Concelho de Vila Nova de Famalicão, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do concelho de Vila Nova de Famalicão sob o nº 504982010, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Concurso Público para a Prestação de serviços de “**Lavagem de contentores de superfície e semienterrados**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos
- b) Cópia de certidão comercial de inscrição no registo comercial
- c) Proposta de Preço e Lista de Preços Unitários
- d) Condições de pagamento
- e) Nota justificativa dos preços propostos
- f) Esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Os titulares do seu órgão social de administração não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;

c) Os titulares do seu órgão social de administração não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Os titulares do seu órgão social de administração não foram condenados por algum dos seguintes crimes:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3 da Ação Comum n.º 98/742/JAI do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva n.º 91/308/CEE do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação de direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido

Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

**Vila Nova de Famalicão, 24 de abril de 2017**

### 3. DECLARAÇÃO DA RRI DE DELEGAÇÃO DE PODERES

A empresa **R.R.I. – Recolha Resíduos Industriais, S.A.**, contribuinte fiscal nº 504 982 010, com sede na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas 3, N.º 63, Concelho de Vila Nova de Famalicão, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do concelho de Vila Nova de Famalicão sob o nº 504982010 declara para os devidos efeitos que a presente proposta é assinada por **Antónia Alexandra Alves Ferraz**, solteira, titular do cartão de cidadão nº 11076973, valido até 03/06/2020, com residência profissional na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas 3, N.º 63, Concelho de Vila Nova de Famalicão, na qualidade de representante legal da empresa, conforme os poderes em si delegados na procuração que agora se anexa.

Vila Nova de Famalicão, 24 de abril de 2017

MARIA DOS ANJOS MESQUITA GUIMARÃES  
Advogada  
CP 4082P - CF 199 102 511 (3590)  
Av. dos Descobrimentos - Edifício Las Vegas Três - N.º 63  
4760-011 Vila Nova de Famalicão  
Telef. 252 308 254 / Fax 252 313 694  
E-mail: [mesquita.guimaraes-4082p@adv.oa.pt](mailto:mesquita.guimaraes-4082p@adv.oa.pt)

### TERMO DE AUTENTICAÇÃO

\_\_\_ No dia vinte e oito do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, perante mim, Maria dos Anjos Mesquita Guimarães, NIF 199102511, advogada, com escritório na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas Três, n.º 63, 4760-011 Vila Nova de Famalicão, titular da cédula profissional n.º 4082P, compareceram **Joaquim Alberto Valente Santos**, NIF 150017669, titular do Cartão de Cidadão n.º 04907077-0ZY6, emitido pela República Portuguesa, válido até 13/06/2021 e **José Manuel dos Reis Costa Leite**, NIF 132973120, titular do Cartão de Cidadão n.º 06966733-0ZZ4, emitido pela República Portuguesa, válido até 30/05/2017, ambos com domicílio profissional na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas III, n.º 63, 4760-011 Vila Nova de Famalicão, que intervêm neste ato na qualidade de **Vogais do Conselho de Administração e em representação** da sociedade comercial anónima denominada "**R.R.I. - RECOLHA DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS S.A.**", com sede na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas III, n.º 63, freguesia de Antas e Abade de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão sob o número único de matrícula e NIPC 504 982 010, com o capital social de um milhão de euros.

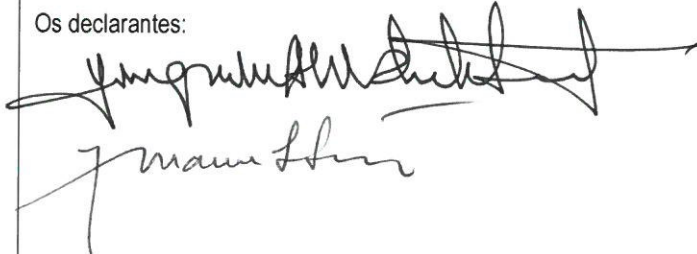
\_\_\_ E por eles foi declarado que, para fins de autenticação, apresentam o documento a este termo anexado, intitulado "PROCURAÇÃO", composto por três folhas, sem texto impresso no verso, por mim numeradas, rubricadas e carimbadas, que dizem ter lido e assinado, de cujo conteúdo estão perfeitamente inteirados, exprimindo o mesmo a vontade da sua representada.

\_\_\_ Este termo foi lido aos interessados e aos mesmos explicado o seu conteúdo.

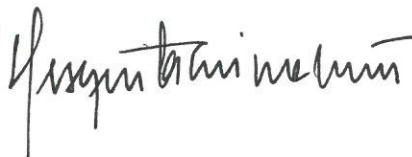
\_\_\_ Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos referidos cartões, tendo verificado a qualidade em que intervêm e a suficiência dos seus poderes para a prática deste ato por consulta da certidão permanente de registo comercial com o código de acesso n.º 8320-5032-7309, acedida on-line em [www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt), hoje às 15:38 horas, subscrita em 08/01/2014 e válida até 08/04/2017.

\_\_\_ Ato registado no Registo Online dos Atos dos Advogados, conforme disposto no artigo 38º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março e Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de Junho, com o N.º **4082P/28102**.

Os declarantes:



A Advogada:



Maria dos Anjos Mesquita Guimarães  
ADVOGADA  
Céd. Prof. N.º 4082 P  
Cont. N.º 199 102 511 Cód 3590  
Av. dos Descobrimentos, 63  
Edifício Las Vegas Três 4760-011 V.N. Famalicão





### PROCURAÇÃO

\_\_\_ Os abaixo assinados, **Joaquim Alberto Valente Santos**, NIF 150017669, titular do Cartão de Cidadão n.º 04907077-0ZY6, emitido pela República Portuguesa, válido até 13/06/2021 e **José Manuel dos Reis Costa Leite**, NIF 132973120, titular do Cartão de Cidadão n.º 06966733-0ZZ4, emitido pela República Portuguesa, válido até 30/05/2017, ambos com domicílio profissional na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas III, n.º 63, 4760-011 Vila Nova de Famalicão, na qualidade de **Vogais do Conselho de Administração e em representação** da sociedade comercial anónima denominada "**R.R.I. - RECOLHA DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS S.A.**", NIPC 504 982 010 e igual número de matrícula, com os documentos depositados na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, com sede na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas III, n.º 63, freguesia de Antas e Abade de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão, com o capital social de um milhão de euros, declaram que constituem procuradora da sociedade sua representada: \_\_\_\_\_

**ANTÓNIA ALEXANDRA ALVES FERRAZ**, NIF 218581903, titular do Cartão de Cidadão n.º 11076973-2ZY2, emitido pela República Portuguesa, válido até 03/06/2020, solteira, maior, residente na Rua Jorge Costa Reis, n.º 265, 4620-402 Caíde de Rei \_\_\_\_\_

a quem concede poderes para, nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, posteriormente alterado, representar a mandante em quaisquer atos da formação dos contratos públicos previstos no citado Código, podendo intervir em qualquer dos tipos de procedimentos previstos nesse Código para a formação de contratos públicos, designadamente ajuste direto, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento de negociação, diálogo concorrencial e concurso de conceção em qualquer das modalidades previstas e, bem assim, para outorgar os contratos correspondentes, praticando os atos e assinando os documentos que se mostrem necessários para o efeito, designadamente: \_\_\_\_\_

- a) Assinar, em suporte de papel ou digitalmente, propostas e ou candidaturas e, bem assim, os documentos que instruem essas propostas e ou constituam essas candidaturas, nomeadamente os Anexos ao citado Código e aos respetivos convites ou programas de procedimento, apresentando e submetendo tais documentos nas competentes plataformas eletrónicas ou qualquer outra forma ou meio previsto para o efeito; \_\_\_\_\_
- b) constituir a sociedade mandante como membro de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente constituído por pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e, em caso de adjudicação, associar a sociedade mandante com os membros desse agrupamento na modalidade jurídica prevista no procedimento respetivo; \_\_\_\_\_
- c) representar a sociedade mandante em qualquer formalidade dos referidos tipos de procedimento, nomeadamente nas sessões de negociações previstas no artigo 120º do citado Código; \_\_\_\_\_
- d) solicitar esclarecimentos e prestar esclarecimentos solicitados no âmbito do disposto no citado Código;

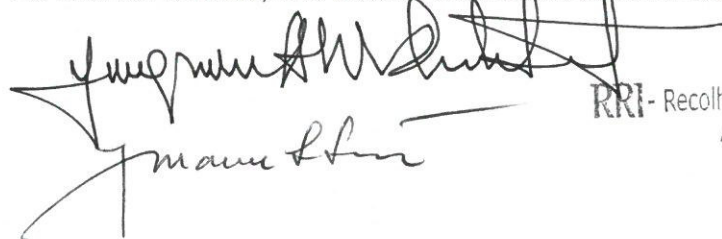


- e) apresentar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 61 do citado Código, ao órgão competente para a decisão de contratar listas nas quais identifique os erros e omissões dos cadernos de encargos; \_\_\_\_\_
- f) solicitar prorrogação de prazos nos termos previstos no citado Código; \_\_\_\_\_
- g) pronunciar-se sobre decisões proferidas, relatórios preliminares e finais elaborados ou deliberações do júri emitidas no âmbito de qualquer dos referidos tipos de procedimentos, nomeadamente ao abrigo do direito de audiência prévia previsto nos artigos 123º e 185º do citado Código; \_\_\_\_\_
- h) apresentar soluções, trabalhos de conceção e estabelecer diálogo com o júri do procedimento nos termos e para os efeitos do disposto no citado Código, nomeadamente nos seus artigos 204º e seguintes; \_\_\_\_\_
- i) aceitar ou reclamar das minutas dos contratos a celebrar nos termos que melhor entender; \_\_\_\_\_
- j) prestar caução nos termos e para os efeitos do disposto no citado Código, nomeadamente nos seus artigos 88º, 89º, 90º e 254º; \_\_\_\_\_
- k) apresentar os documentos de habilitação da mandante; \_\_\_\_\_
- l) representar a mandante em qualquer procedimento para a formação de acordos quadro previstos no artigo 251º do citado Código, em qualquer das modalidades previstas no artigo 252º do mesmo Código, celebrando e assinando contratos ao seu abrigo nos termos previstos nos artigos 253º a 259º do Código em causa e que tiver por convenientes; \_\_\_\_\_
- m) celebrar acordos quadro com centrais de compras nos termos e para os efeitos previstos no artigo 263º do citado Código, nas condições e cláusulas que melhor entender; \_\_\_\_\_
- n) celebrar contratos públicos de aprovisionamento e intervirem na formação dos mesmos; \_\_\_\_\_
- o) apresentar quaisquer impugnações administrativas, nomeadamente através de reclamação ou de interposição de recurso administrativo, de quaisquer decisões administrativas ou outras àquelas equiparadas proferidas no âmbito de um procedimento de formação de um contrato público, designadamente das decisões relativas à formação dos contratos públicos, das deliberações do júri, das peças do procedimento, da decisão de qualificação e da decisão de adjudicação; \_\_\_\_\_
- p) celebrar acordos endocontratuais nos termos e para os efeitos previstos no artigo 310º do citado Código, nas cláusulas e condições que melhor entender; \_\_\_\_\_
- q) solicitar autorização para subcontratação de determinadas prestações contratuais nos termos e limites previstos no citado Código ou nos contratos celebrados ou a celebrar; \_\_\_\_\_
- r) celebrar ou modificar contratos que configurem uma parceria pública-privada nos termos previstos no citado Código, e de acordo com as cláusulas que melhor entender; \_\_\_\_\_
- s) requerer a constituição de tribunais arbitrais para a resolução de litígios entre as partes dos contratos em causa, praticando os atos e assinando os documentos que se mostrem necessários para esse fim, nomeadamente nomeando árbitros, assinando as peças processuais e fornecendo os elementos que se revelem úteis ao processo arbitral; \_\_\_\_\_

- t) representar a sociedade mandante na celebração, modificação, resolução ou revogação dos contratos previstos no citado Código dos Contratos Públicos, nomeadamente contratos de empreitada de obras públicas e de aquisição de serviços, nos termos e limites previstos no mesmo Código e de acordo com as cláusulas que melhor entender; \_\_\_\_\_
- u) reclamar ou apresentar reservas ao conteúdo dos atos referentes às obras que devam ser formalizados em auto nos termos que melhor entender; \_\_\_\_\_
- v) assinar quaisquer autos previstos no citado Código, nomeadamente autos de consignação, autos de suspensão dos trabalhos, autos de receção provisória e de receção definitiva de obras; \_\_\_\_\_
- w) reclamar da ordem do dono da obra de execução de trabalhos a mais, de trabalhos a menos, de trabalhos de suprimento de erros e omissões das peças procedimentais, bem como solicitar a execução de trabalhos a mais e/ou de suprimento de erros e omissões das referidas peças; \_\_\_\_\_
- x) assinar documentos que constituam a situação de trabalhos a fim de promover-se a liquidação do respetivo preço; \_\_\_\_\_
- y) representar a sociedade mandante na realização de vistorias, nomeadamente para efeitos de receção provisória e definitiva; \_\_\_\_\_
- z) assinar ou apresentar reclamação da conta final nos termos e para os efeitos previstos no artigo 401º do citado Código nos termos que melhor entender; \_\_\_\_\_
- aa) praticar todos os atos, assinar todos os documentos e, bem assim, exercer todos os direitos previstos no citado Código dos Contratos Públicos e demais legislação respeitante aos mesmos, que entenda convenientes à concretização dos indicados fins. \_\_\_\_\_

**A presente procuração é válida até ao dia trinta e um do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezasseis.**

Vila Nova de Famalicão, vinte e oito de dezembro de dois mil e dezasseis



**RRI** - Recolha de Resíduos Industriais S. A.  
A Administração





## ORDEM DOS ADVOGADOS

### REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

**Dr.(a) Maria dos Anjos Mesquita Guimarães**

CÉDULA PROFISSIONAL: 4082P

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Autenticação de documentos particulares

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Joaquim Alberto Valente Santos

Cartão de Cidadão n.º 04907077-0ZY6

José Manuel dos Reis Costa Leite

Cartão de Cidadão n.º 06966733-0ZZ4

OBSERVAÇÕES

No dia vinte e oito do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, perante mim, Maria dos Anjos Mesquita Guimarães, NIF 199102511, advogada, com escritório na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas Três, n.º 63, 4760-011 Vila Nova de Famalicão, titular da cédula profissional n.º 4082P, compareceram Joaquim Alberto Valente Santos, NIF 150017669, titular do Cartão de Cidadão n.º 04907077-0ZY6, emitido pela República Portuguesa, válido até 13/06/2021 e José Manuel dos Reis Costa Leite, NIF 132973120, titular do Cartão de Cidadão n.º 06966733-0ZZ4, emitido pela República Portuguesa, válido até 30/05/2017, ambos com domicílio profissional na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas III, n.º 63, 4760-011 Vila Nova de Famalicão, que intervêm neste ato na qualidade de Vogais do Conselho de Administração e em representação da sociedade comercial anónima denominada "R.R.I. - RECOLHA DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS S.A.", com sede na Avenida dos Descobrimentos, Edifício Las Vegas III, n.º 63, freguesia de Antas e Abade de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão sob o número único de matrícula e NIPC 504 982 010, com o capital social de um milhão de euros. E por eles foi declarado que, para fins de autenticação, apresentam o documento a este termo anexado, intitulado "PROCURAÇÃO", composto por três folhas, sem texto impresso no verso, por mim numeradas rubricadas e carimbadas, que dizem ter lido e assinado, de cujo conteúdo estão perfeitamente inteirados, exprimindo o mesmo a vontade da sua representada. Este termo foi lido aos interessados e aos mesmos explicado o seu conteúdo. Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos referidos cartões, tendo verificado a qualidade em que intervêm e a suficiência dos seus poderes para a prática deste ato por consulta da certidão permanente de registo comercial com o código de acesso n.º 8320-5032-7309, acedida on-line em [www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt), hoje às 15:38 horas, subscrita em 08/01/2014 e válida até 08/04/2017.

EXECUTADO A: 2016-12-28 15:40

REGISTADO A: 2016-12-28 15:42

COM O N.º: 4082P/28102

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06  
usando o código 25286647-315327